

Há 30 anos, o vírus selvagem da poliomielite paralisava cerca de 350 mil crianças em mais de 125 países todos os anos. Dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que, em 2018, apenas 30 casos da doença foram notificados em dois países – Afeganistão e Paquistão. O mundo, segundo a entidade, está à beira de um sucesso sem precedentes na saúde pública: a erradicação global da doença.

Jair Bolsonaro diz que avançará em debate sobre valor de auxílio-reclusão

O presidente Jair Bolsonaro usou na sexta-feira (4) o Twitter para dizer que avançará na discussão do valor do auxílio-reclusão, que atualmente ultrapassa os R\$ 1,3 mil. Dois dias depois de assinar o decreto que reajusta o salário mínimo, de R\$ 954 para R\$ 998, ele criticou o fato de que auxílios sociais concedidos a presos ainda tenham valor superior da base de remuneração dos trabalhadores brasileiros. “O auxílio-reclusão ultrapassa o valor do salário mínimo. Em reunião com ministros, decidimos que avançaremos nesta questão ignorada, quando se trata de reforma

da Previdência e indevidos. Em cima de muitos detalhes vamos desinchando a máquina e fazendo justiça!”, destacou.

Durante reunião ministerial, Bolsonaro ressaltou a necessidade de redução de gastos públicos. O presidente defendeu uma revisão das contas e voltou a destacar a importância da reforma da Previdência em favor do ajuste financeiro. Ele indicou que a revisão do pagamento do auxílio-exclusão deve ser analisada no âmbito da reforma. Esse auxílio é pago a dependentes do segurado do INSS preso em regime fechado ou semiaberto, durante o período de reclusão ou detenção. O período de recebimento do benefício varia, de

acordo com critérios, mas pode ser pago de forma vitalícia.

Bolsonaro também defendeu a implantação de medidas que deem garantias de trabalho para os agentes de segurança pública. Segundo ele, os três Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm de assumir esse compromisso. “Sem garantias necessárias para os agentes de segurança pública agirem em prol do cidadão de bem, a diminuição dos crimes não vai ocorrer na velocidade que o brasileiro exige. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário têm que assumir este compromisso urgentemente.”

Bolsonaro reiterou ainda a necessidade de enxugamento



Bolsonaro criticou o fato de que auxílios sociais concedidos a presos tenham valor superior ao salário mínimo, base de remuneração dos trabalhadores.

da estrutura do Estado. Foram exonerados mais de 300 funcionários que ocupavam cargos comissionados na Casa Civil. Haverá reavaliação, se quiserem retornar a seus postos. O

critério será técnico, segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. A medida foi transformada em recomendação para todas as áreas de governo. Bolsonaro disse que é necessário

fazer revisão em contratos e liberação de recursos público para identificar desvios. “Em cima de muitos detalhes vamos desinchando a máquina e fazendo justiça”, disse (ABR).

Reforma agrária e demarcações serão “passadas a limpo”, diz Nabhan Garcia

Brasília - Todos os processos de ocupações de terras do País, desde as medidas de reforma agrária do Incra, passando por demarcações de terras indígenas pela Funai e por delimitações de terras quilombolas pela Fundação Palmares, serão alvo de um levantamento pelo governo Bolsonaro. “Vamos passar a limpo todas as questões fundiárias no Brasil”, disse o secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Luiz Antonio Nabhan Garcia.

Ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Nabhan teve aval do presidente para redefinir as políticas fundiárias do País. “Vai ser feito um levantamento amplo para ver a situação real da regularização fundiária.



“Vamos passar a limpo todas as questões fundiárias no Brasil”.

Você acha que tem irregularidades só no Incra? Tem irregularidade em muitos outros setores também”, disse Nabhan. “Tudo tem que ser

analisado com um olho neutro e isento, sem nenhum tipo de tendência, vínculo político ou ideológico, sem interferência de ONGs.”

Uma das medidas que serão tomadas será a revisão do processo de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. “Mas isso não se faz na correria, no grito. Então, não tenho prazo definido para concluir isso.”

Sem mencionar nominalmente o PT, Nabhan disse que todos os processos de destinação de terras no País precisam ser revisados, porque foram conduzidos, nos últimos anos, por motivações ideológicas. “Essa contaminação política e ideológica é total, ela está em todos os setores, nas questões quilombolas, na reforma agrária e nas questões indígenas. Isso praticamente predominou em toda questão fundiária no País nos últimos anos”, declarou o secretário (AE).

Economia dos EUA criou 2,6 milhões de empregos em 2018



O salário médio dos trabalhadores por hora chegou a US\$ 27,48.

A economia dos Estados Unidos criou, em média, 220 mil novas vagas de trabalho por mês em 2018, totalizando 2,6 milhões de empregos, segundo dados divulgados na sexta-feira (4) pelo Departamento do Trabalho do país. Em 2017, a economia norte-americana havia criado 2,2 milhões de vagas. Somente no mês de dezembro, foram abertos 312 mil postos de trabalho, resultado 75% superior ao esperado pelos analistas, que previam 177 mil

novos trabalhos.

A taxa de desemprego aumentou de 3,7% em novembro, para 3,9% em dezembro, com a entrada de cerca de 400 mil novos trabalhadores no mercado em busca de emprego. Os setores de construção, indústria, saúde, lazer e hospedagem lideraram o aumento, criando, juntos, 30 mil novos postos. O salário médio dos trabalhadores por hora sofreu alta de 0,4% com relação a novembro e chegou a US\$ 27,48 (ANSA).

DOE publica afastamento de Kassab da Casa Civil

O afastamento do secretário da Casa Civil do governo de São Paulo, Gilberto Kassab, foi publicado sexta-feira (4) no Diário Oficial do Estado. Ele pediu licença do cargo para se defender das denúncias de corrupção. A licença é “com prejuízo dos vencimentos e sem quaisquer ônus para o Estado, para tratar de assuntos de interesse particular”. No dia 19 de dezembro, o então ministro de Ciência e Tecnologia foi alvo de mandados de busca e apreensão. Segundo a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, Kassab teria recebido o total de R\$ 58 milhões, no período em que era prefeito de São Paulo, de 2010 a 2016.

As investigações da Polícia Federal são baseadas em informações transmitidas durante delações premiadas de executivos da J&F. Uma parte do valor, R\$ 30 milhões, teria ido diretamente para Kassab, e o restante para o Diretório Nacional do PSD. Kassab chegou a ser empossado como secretário do governo paulista no dia 1º de janeiro, junto com o governador João Doria, mas não esteve presente na cerimônia. No dia 2, o nome dele foi publicado no Diário Oficial como titular da pasta. Ele pediu



Ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab.

afastamento do cargo e teve a licença publicada.

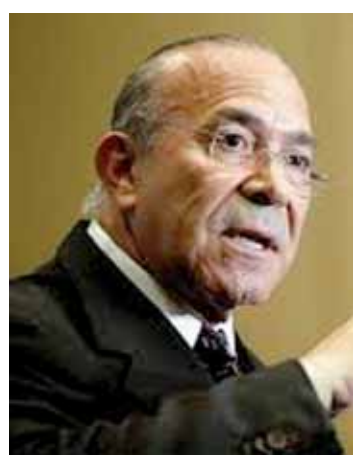
Em nota divulgada no dia 27 de dezembro, Kassab diz que “decidiu licenciar-se do cargo para se dedicar à organização e ao encaminhamento das informações solicitadas por sua defesa, que comprovarão a lisura de seus atos”. Disse ainda que confia “na Justiça brasileira, no Ministério Público e na imprensa, e entende que quem está na vida pública deve estar sujeito à especial atenção do Judiciário”. Colocou-se à disposição para esclarecimentos e que seus atos como gestor público seguiram a lei (ABR).

‘Não há anomalia nas decisões orçamentárias’

Brasília - Em nota, o ex-ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, negou ter havido “movimentação incomum” nos recursos destinados a ministérios, exonerações ou transferências de pessoal nos últimos dias do governo Michel Temer, como afirmou o atual ministro da pasta, Onyx Lorenzoni.

“Assim, à luz do que foi acima informado, resta-nos com a absoluta clareza que no Governo do Presidente Michel Temer, em dezembro de 2018, não houve e não há nenhuma anomalia nas decisões de execução orçamentária, através de empenhos e pagamentos, pois tudo está regularmente autorizado por leis orçamentárias tempestivamente aprovadas pela Comissão de Orçamento do Congresso Nacional”, escreveu Padilha.

Na quinta-feira (3), em coletiva de imprensa, Onyx afirmou que o governo fará um levantamento sobre a movimentação de pessoal nos últimos 30 dias, além de um “pente fino” na movimentação financeira das pastas nos últimos dias de 2018. No texto, Padilha destaca que o governo economizou em gastos, que a proposta de encerramento da execução orçamentária para



Ex-ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

2018 foi encaminhada por projetos “de forma pública e transparente” e que é “normal” haver transferência de recursos entre os ministérios entre os que possuem maior e menor execução orçamentária.

Fontes ouvidas pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, consideram que o pente-fino é um processo “normal” de revisão de atos. Os técnicos lembraram que é comum que os ministérios acelerem os gastos em dezembro para garantirem o uso do espaço fiscal já autorizado para aquele ano. Por isso, na avaliação desses técnicos, a varredura não deve encontrar irregularidades (AE).

Secretário da Receita: ‘não haverá’ aumento do IOF

Brasília - O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, disse que não haverá aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compensar a prorrogação de incentivos fiscais para empresas das áreas da Sudam e da Sudene, sancionada pelo presidente. “Ele sancionou a apresentação de projetos da Sudam e Sudene além de 2018, mas limitou o usufruto do benefício à disponibilidade de recursos previstos na lei orçamentária de 2019”, afirmou. Quando confrontado com a declaração do próprio presidente Jair Bolsonaro de que um decreto tinha sido assinado para aumentar a alíquota “para quem tem aplicação aí fora”, Cintra disse: “Deve ter feito alguma confusão. Não há necessidade de compensação nenhuma. Há recursos previstos na lei orçamentária de 2019 para a ampliação”.

A elevação de imposto seria necessária porque a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)



Secretário especial da Receita, Marcos Cintra.

exige a compensação para a perda de receitas que haverá em 2019, já que o benefício não está contemplado na peça orçamentária.

Para isso, a equipe econômica teria que cortar outras renúncias, elevar impostos ou ampliar a base de cálculo de algum tributo. Segundo cálculos da Receita, o impacto será de R\$ 755,5 milhões neste ano. Para 2020, a União abre mão de R\$ 1,451 bilhão com os incentivos, mas essa renúncia pode ser prevista no Orçamento (AE).

“No passado cometi o maior pecado que um homem pode cometer: não fui feliz”.

Jorge Luis Borges (1899/1986)
Escritor argentino

Governo reafirma mudança na idade mínima para aposentadoria

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro reafirmou, na sexta-feira (4), que o governo vai modificar o texto da reforma da Previdência enviada pelo ex-presidente Temer para propor as idades mínimas de 57 anos (mulheres) e 62 anos (homens) para se aposentar no Brasil. Mais uma vez, ele não explicou se esses parâmetros valeriam para todos os segurados do INSS e para o funcionalismo público. “A proposta sai este

mês, vamos aproveitar a que está na Câmara. E ela está num espaço temporal que termina em 2030. Então tudo aquilo para entrar em vigor até 2022, essa é a ideia que quero colocar em prática, colocar em prática não, compor com o Parlamento”, disse Bolsonaro.

Na quinta-feira, o presidente já tinha dito, em entrevista ao SBT, que queria estipular idades mínimas apenas para o período do seu mandato, que acaba em 2022. E que caberia ao seu sucessor a decisão de elevá-las ou não, condição indispensável, segundo economistas, para a sustentabilidade das contas públicas.

Pela proposta enviada por Temer, a regra de transição teria 20 anos, quando as idades de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) passariam a ser obrigatórias. Atualmente, há duas formas de se aposentar no Brasil. Por idade, com a exigência de ter 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres), com no mínimo 15 anos de contribuição. Ou por tempo de contribuição - quando não se exige idade mínima - mas são necessários 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) de pagamentos ao INSS. Mais uma vez, Bolsonaro não deu detalhes de como seria a transição da sua proposta (AE).